Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2023 Nº 25.470 Preço banca: R$ 3,50

MME pedirá investigação da PF e da Abin sobre interrupção de energia

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse na terça-feira (15) que a interrupção no fornecimento de energia elétrica registrada pela manhã em todas as regiões do país foi um evento extremamente raro. Por isso, além das apurações internas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foi solicitado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também investiguem com detalhes as causas da falta de energia.

"Tenho absoluta convicção de que o ONS, até pela sua característica técnica, não vai ter condição de dizer textualmente se esses eventos foram eminentemente técnicos, ou se houve também falha humana ou até dolo", disse o ministro, lembrando que o setor é altamente estratégico, sensível e fundamental para a sociedade brasileira.

O governo já sabe que houve na manhã de terça-feira uma sobrecarga em uma linha de transmissão de energia no Ceará, o que fez com o que o sistema entrasse em colapso nas regiões Norte e Nordeste. Quando isso ocorreu, o ONS modulou a carga que estava sendo enviada para o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste, como forma de proteção, o que fez com que a energia fosse reduzida nessas regiões. Houve pelo menos 16 mil megawatts (MW) de interrupção de energia. Página 4

PAC prevê mais de 300 obras em rodovias e ferrovias

Página 3

Pedido de vista suspende julgamento da revisão de aposentadorias

Página 5

ViaMobilidade assina termo que prevê melhorias nas linhas 8 e 9

A ViaMobilidade assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e do Consumidor da cidade de São Paulo que prevê a implantação de melhorias nas Linhas 8 - Diamante e Linha 9 - Esmeralda do sistema de trens metropolitanos de São Paulo para atender aos direitos e interesses de usuários e consumidores. Além disso a concessionária terá que pagar uma indenização por danos materiais e morais coletivos de R$ 150 milhões. A operação da Via Mobilidade vem sendo questionada pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP) devido às constantes falhas.

Segundo o TAC, parte do valor (R$ 50 milhões) será aplicada na construção de seis escolas ou centros educacionais nos municípios atendidos pelas Linhas 8 e 9 (São Paulo, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Itapevi e Jandira). Já R$ 97 milhões serão destinados para obras de aprimoramento da infraestrutura das Linhas 8 e 9 e para a construção do Centro Esportivo Grajaú, nas imediações da estação de mesmo nome, na Linha 9.

A fiscalização do cumprimento de todas as obrigações ficará por conta do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e dos municípios beneficiados. Caso ocorram fatos graves ou descumprimento do contrato, o MPSP e o Estado de São Paulo poderão instaurar novos procedimentos investigatórios.

A operação das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda de trens metropolitanos de São Paulo está sob responsabilidade da Via Mobilidade desde 27 de janeiro de 2022. Segundo a concessionária, desde então já foram investidos nelas mais de R$ 2,5 bilhões dos cerca de R$ 4 bilhões previstos.

"O Contrato de Concessão contempla muitos outros investimentos obrigatórios em estações, equipamentos e trens, e o padrão do serviço se aprimorará mais a cada dia, conforme realizados. E a todos eles, em benefício do transporte metropolitano e de seus usuários, passarão a se somar os investimentos adicionais acordados com o Ministério Público do Estado de São Paulo", diz a concessionária por nota.

Segundo a empresa, R$ 147 milhões acordados com o MPSP, serão direcionados a investimentos não previstos originalmente no Contrato de Concessão, integralmente revertidos ao patrimônio público, e os R$ 3 milhões remanescentes serão depositados no Fundo de Interesses Difusos. (Agencia Brasil)

Governo de SP decreta estado de emergência por gripe aviária

Foto/Wikimedia/Cesar Augusto Chirosa

Página 2

São Paulo amplia atendimento odontológico à população

Página 2

Petrobras reajusta preços da gasolina e do diesel para distribuidoras

A Petrobras anunciou na terça-feira (15), no Rio de Janeiro, que vai reajustar os preços da gasolina e do diesel a partir desta quarta-feira. A gasolina A - produzida pelas refinarias de petróleo e entregue diretamente às distribuidoras - terá o preço médio aumentado em R$ 0,41 por litro e passará a ser vendida às distribuidoras por R$ 2,93. O aumento é de cerca de 16%.

"Considerando a mistura obrigatória de 73% de gasolina A e 27% de etanol anidro para a composição da gasolina comercializada nos postos, a parcela da Petrobras. Página 3

Esporte

Kartismo: AKSP disputa 8ª etapa nesta quinta-feira em Interlagos com muitos estreantes

Com mais de 100 pilotos confirmados e 12 estreantes, o campeonato de kart amador AKSP disputará nesta quinta-feira (17), no Kartódromo de Interlagos (SP/SP), o GP Fraldinha do João Carlos. As provas da oitava rodada das categorias Light, Graduados, Elite, Sênior e Mulheres em Ação serão válidas pela segunda etapa do segundo turno, liderado por Douglas Pecoraro (Elite), Alexandre Porche (Graduados), Rodrigo Parmezzani (Light), Edu Abrantes (Sênior), Cah Nunes (Mulheres em Ação Graduadas) e Daniela Lemes (Mulheres em Ação Novatas). Página 6

Foto/ Emerson Santos

Todas *etapas da AKSP reúnem muitos pilotos e acompanhantes para a festa*

Corridas e visitação "na faixa": Turismo Nacional é diversão acessível em Goiânia

A Turismo Nacional está pronta para voltar a Goiânia (GO), onde vai realizar a quarta etapa da temporada 2023. Palco também da abertura do campeonato, em abril, o tradicional Autódromo Internacional Ayrton Senna receberá um fim de semana repleto de velocidade, que além da categoria dos carros mais vendidos do Brasil também reunirá os carros da AMG Cup. O apaixonado público goiano será o grande beneficiado e poderá assistir nada menos que oito corridas 'na faixa'.

Nos dias 19 e 20 (sábado e domingo), o público que quiser acompanhar um verdadeiro festival de automobilismo terá entrada gratuita, com estacionamento liberado — com vagas limitadas.

E no domingo, as primeiras mil pessoas que comparecerem ao autódromo terão acesso liberado para a visitação aos boxes, onde o público tem a oportunidade de interagir com os pilotos, ver de perto os carros que vão acelerar no fim de semana e poderão ainda ganhar brindes. Página 6

Equipe familiar ocupa 3 das 4 primeiras colocações no Sertões

Foto/ Murilo Mattos

Bruno *Varela: vitória na especial mais longa e difícil da prova*

Eles estão na categoria mais competitiva, que reúne 91 UTVs segundo as estatísticas atualizadas da organização. Mas, mesmo assim, conseguem se destacar praticamente todos os anos no Rally dos Sertões BRB, a principal prova off-road do Brasil, que está em andamento e se encerrará no próximo sábado (19). Ontem, o mais jovem do clã, Bruno, venceu a especial mais longa da disputa, com 407km contra o cronômetro, em uma corrida que durou mais de seis horas no Semiárido Nordestino. E, na classificação geral da prova, na soma dos três dias disputados até agora, ocupam o segundo (Bruno), terceiro (Gabriel) e quarto lugares (Rodrigo). Novamente, a família Varela se posiciona como forte candidata a um pódio no maior desafio do rally nacional. Página 6

Pilotos do Moto1000GP têm desafio extra no Bacião em Cascavel

Foto/ Moto1000GP

Alan *Galego, da GP 1000 Open, fiz que a sensação da curva é maravilhosa*

O grid do Moto1000GP terá que contar com uma pitada extra de coragem na quarta etapa do campeonato, que ocorrerá entre os dias 25 e 27 de agosto no Autódromo Zilmar Beux de Cascavel. Além da técnica e da habilidade na pista, terão de se superar no contorno na lendária Curva do Bacião, considerada a mais desafiadora do Brasil, apesar de que há quem a julgue mais suave e menos perigosa depois do aumento da área de escape. Página 6

Governo de SP decreta estado de emergência por gripe aviária

O governo de São Paulo decretou estado de emergência para tentar conter a cadeia de transmissão de gripe aviária no estado. A medida vale por 180 dias e foi implementada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento em atendimento a um pedido do governo federal.

Em nota, a pasta esclarece que com a declaração de estado de emergência, simplifica-se a formalização de providências em relação a ações de prevenção e controle da doença, enquanto o estado de emergência vigorar. Até o momento, de acordo com a secretaria, o estado de São Paulo contabilizou 13 casos de gripe aviária, todos detectados em aves silvestres, em oito municípios. São eles: Caraguatatuba, Guarujá, Itanhaém, Praia Grande, Santos, São Sebastião, São Paulo e Ubatuba.

A Secretaria de Agricultura destaca que o consumo de aves e ovos não transmite a doença e que se deve manter cuidado no contato com os animais. "Aves doentes ou mortas não devem ser manipuladas sem a utilização de equipamento de proteção individual, e a Defesa Agropecuária deve ser acionada imediatamente caso ocorra suspeita da doença ou identificação de aves mortas".

A gripe aviária é causada pelo vírus da influenza aviária H5N1. A doença foi registrada pela primeira vez no Brasil em maio, com a confirmação de oito casos em aves silvestres, sendo sete no Espírito Santo e um no Rio de Janeiro.

No dia 23 daquele mês, o Ministério da Agricultura e Pecuária declarou estado de emergência zoossanitária em todo o território nacional, com validade de 180 dias. A portaria que estabeleceu a medida também prorrogou, por tempo indeterminado, a suspensão da realização de exposições, torneios, feiras e outros eventos com aglomeração de aves e a criação de aves ao ar livre, com acesso a piquetes sem telas na parte superior, em estabelecimentos registrados no ministério. (Agência Brasil)

Educação de SP divulga como será o pagamento de bônus de servidores em 2024

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo divulgou novidades para a próxima bonificação, que deve ser paga em 2024 referente ao ano letivo de 2023. O cálculo levará em consideração os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um índice nacional.

"Em São Paulo temos o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo), mas ele nos traz uma visão muito interna. Se queremos ter a melhor educação do Brasil precisamos nos comparar ao cenário nacional", explica o secretário estadual da Educação Renato Feder.

Além da evolução no índice serão consideradas a frequência dos alunos entre agosto e novembro e a participação dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Cada escola receberá duas metas: ouro e diamante, que representam o pagamento de cerca de um ou dois salários, respectivamente. As metas são individuais e levam em consideração o IDEB atual (2021) da unidade, condições estruturais (tamanho, se é parcial ou integral e os turnos de atendimento – diurno e noturno) e o perfil racial dos estudantes.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Dependendo do que rolar no Congresso, na Presidência, na Assembleia (SP), no Governo (SP), na prefeitura (SP) e nos partidos políticos, pode pintar uma surpresa pra presidir a Mesa em 2024

.

PREFEITURA (São Paulo)
O MDB só não terá candidatura do PL como vice [chapa por reeleição do Ricardo Nunes em 2024] se não quiser. É o que diz o ex-presidente Temer e o dirigente nacional, deputado federal Rossi

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Alguém precisa abrir o olho do deputado André Prado (PL), pois no twitter [agora X], ele ainda aparece como 2º vice-presidente da ALESP, sendo que hoje vai tá completando 3 meses na presidência

.

GOVERNO (São Paulo)
No que depender do governador Tarcísio Freitas [ainda no Republicanos], o Secretário (Educação) Feder, que veio do Paraná, não deve cair, pelos casos envolvendo livros MEC e sua empresa de tecnologia

.

CONGRESSO (Brasil)
CPI das invasões de terra, via MST, teve Stedile provocando congressistas pra visitarem com ele os acampamentos. Só faltou dizer que não tem "nada a perder", como na capa de um livro do Edir Macedo

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Lula (ainda dono do PT) não tem nenhum problema em tratar com quem quer seja. É o que ele vai dizer ao atual dono da Câmara Federal, também chamado de 'Rei Arthur'. As távolas dos 2 são redondas

.

PARTIDOS
Advogados e advogadas que atuam no Partido Liberal, especialmente os que vem servindo os donos e sócios preferenciais, continuam consideram que o Costa Neto não precisa ameaçar ...

.

(Brasil)
... ou até expulsar parte da bancada no Congresso (quase 100 deputados e deputadas federais) apenas porque podem se acertar com o governo do Lulismo (dono do PT). Isso faz parte das políticas ...

.

ANO 31
O jornalista Cesar Neto é editor da coluna de política - **www.cesarneto.com** - desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por se tornar referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Não Se Cale: inscrições para capacitação do protocolo vão até 20 de agosto

Profissionais de bares, restaurantes, espaços de eventos, hotéis e estabelecimentos do setor de lazer têm até o dia 20 de agosto para se inscrever gratuitamente no curso preparatório para aplicação do protocolo Não se Cale, lançado neste mês pelo Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Políticas para a Mulher.

O Governo ressalta que somente será considerado como comprovação efetiva da conclusão do treinamento o certificado oficial, emitido pela Univesp.

As inscrições devem ser feitas individualmente, através de um formulário disponível no site https://forms.univesp.br/nao-se-cale/. A estimativa é que o curso de capacitação "Estabelecimento Amigo da Mulher" alcance cerca de 1,5 milhão de profissionais dos setores de entretenimento, lazer e gastronomia, além de servidores do sistema de segurança, assistência social e saúde de todo o estado.

A certificação é exigida por lei e visa preparar os estabelecimentos a identificar e prestar, de forma ativa e adequada, os auxílios previstos no protocolo diante de qualquer pedido de socorro ou suspeita de caso de assédio, violência ou importunação sexual.

Os módulos da capacitação abordam conteúdos de conscientização, fluxos de atendimento e rede de proteção. O curso ainda traz conteúdos didáticos nas áreas de Segurança, Saúde e Assistência preparados pelo Governo de São Paulo, em parceria com A TV Univesp. Podem participar funcionários de todos os estabelecimentos que se interessarem pela proteção da mulher, ou seja, não apenas funcionários de bares e restaurantes.

O curso é totalmente online, interativo e o aluno pode fazê-la conforme sua disponibilidade e ritmo. As aulas serão disponibilizadas a partir do dia 1º de setembro. O tempo máximo estimado para a conclusão do curso é de 30 horas.

Governo coordena retomada do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana

O Governo do Estado recebeu na segunda-feira (14) autoridades de 39 cidades na retomada de reuniões do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo. O governador Tarcísio de Freitas afirmou que a meta é buscar ações conjuntas com as prefeituras para otimizar a aplicação de políticas públicas e ampliar a oferta de serviços estaduais e municipais em áreas como habitação, transporte, mobilidade urbana e saúde.

"Nós temos a quinta maior região metropolitana do planeta, e os prefeitos que estão aqui representam quase 22 milhões de habitantes. Isso dá ideia da dimensão e da responsabilidade que esse conselho terá", afirmou o governador. "São desafios que esse grupo terá a partir de agora e precisamos de um instrumento vivo de planejamento urbano para poder enfrentar essas questões."

A reunião de hoje foi a primeira do grupo desde o final de 2019. Na escolha da nova diretoria do Conselho, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, foi eleito presidente do grupo. Já o Estado é responsável pela secretaria executiva do conselho, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, pasta comandada por Marcelo Branco.

O encontro destacou o papel do Governo do Estado e das prefeituras na redução das desigualdades regionais da Grande São Paulo. Nas próximas reuniões, autoridades estaduais e municipais deverão elaborar propostas conjuntas para melhorias em setores prioritários, em especial o planejamento da ocupação urbana e alternativas para retirar famílias e comunidades de áreas de risco.

As propostas terão como base as novas bases de dados de georreferenciamento e mapeamento aerofotogramétrico que serão disponibilizadas pelo Governo do Estado, além do censo demográfico 2022 do IBGE.

A reunião também marcou a retomada de discussões para a versão final do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) que será encaminhado para análise e votação dos deputados estaduais – o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, André do Prado, participou do evento. A implementação do PDUI atende ao Estatuto da Metrópole, lei federal sancionada em 2015 para todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas no Brasil.

Criado em 2011, o Conselho deve articular e promover a cooperação entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo em áreas de interesse comum e reduzir as desigualdades regionais.

As reuniões são públicas e devem ocorrer a cada dois meses. Os integrantes também podem promover reuniões extraordinárias, de acordo com as regras estabelecidas pelo regimento.

A atuação do Conselho leva em conta o interesse conjunto em setores como planejamento e uso do solo, transporte e sistema viário regional, habitação e saneamento ambiental. Desenvolvimento econômico, atendimento social, esportes e lazer também fazem parte das análises do grupo.

São Paulo amplia atendimento odontológico à população

O número de atendimentos odontológicos nas unidades de saúde mantidas pela Prefeitura de São Paulo cresceu 49% em média nos seis primeiros meses deste ano na comparação com 2022. Até junho foram 1.170.978 atendimentos, média de 195 mil por mês. Em 2022, foram 1.572.025, média de 131 mil por mês.

O aumento no atendimento fez também cair a espera para colocação de próteses dentárias. Em setembro de 2020 havia mais de 82 mil pessoas aguardando uma prótese. Neste ano, esse número caiu para 23.550 mil, o que representa uma queda de 71%.

Isso ocorreu devido a investimentos de gestão nessa área, como o aumento no número de Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs). Em 2016, eram 29. Agora, 31.

Além disso, em dezembro de 2022, a Prefeitura entregou o primeiro Centro de Cuidados Odontológicos (CCO) da cidade, na região central. A nova unidade tem capacidade de realizar 11.556 consultas por mês, com 20 consultórios completos, sendo dez voltados ao atendimento da Atenção Básica e dez destinados ao atendimento nas especialidades de endodontia, prótese e cirurgia oral menor e dor orofacial ou disfunção temporomandibular.

Essas unidades, junto com as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), oferecem tratamento clínico restaurador, endodontia, próteses e procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade, além de atendimentos de urgência. Das 470 UBS, 415 estão aptas para colocação de próteses (leia texto nesta página).

Qualificação

Com o objetivo de ampliar também a oferta de próteses fixas à população, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) promoveu recentemente uma qualificação inovadora para profissionais dos 31 CEOs da cidade.

O curso, concluído em 15 de junho e ministrado pela Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), certificou 41 cirurgiões-dentistas e 40 auxiliares e técnicos em saúde bucal dos CEOs para a colocação de próteses fixas em um ou mais dentes com raízes ou estruturas dentárias remanescentes.

Anteriormente, apenas alguns cirurgiões-dentistas especialistas que atuavam nesses centros colocavam prótese fixa. Agora, com a capacitação, todos os profissionais que trabalham com prótese nos CEOs estão aptos a realizar o procedimento, possibilitando que os pacientes tenham acesso a mais esse serviço de média complexidade.

O cirurgião-dentista Luís Antônio Botecchia, do CEO Lapa, está entre os profissionais formados pelo curso. "Recebemos um recurso a mais com essa qualificação para complementar o nosso trabalho e atender a população da melhor forma."

Vera Lucia Neves, moradora da Zona Norte da capital, é uma das pacientes já contempladas. Ela recebeu a prótese fixa de três dentes. "Fiz uma prótese removível provisória com uma dentista particular e estava à espera de ter dinheiro para colocar uma definitiva quando fui chamada para receber o atendimento gratuitamente. Meus dentes estão perfeitos, posso dizer que a vida já mudou, estou sorrindo melhor e minha autoestima aumentou", conta.

Para ter acesso ao serviço de prótese fixa, o munícipe passa primeiro pelo tratamento odontológico realizado nos equipamentos da Atenção Básica, como as UBSs. Se houver necessidade e o cirurgião-dentista avaliar que o paciente apresenta as condições adequadas, ele será encaminhado a um dos 31 CEOs.

Capacitação de profissionais permite que UBSs forneçam próteses

O aumento da capacidade de atendimento para colocação de uma prótese dentária total ou removível se deve, entre outras iniciativas, a uma capacitação promovida pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Saúde.

A capacitação foi realizada para 503 cirurgiões-dentistas e 1.057 auxiliares e técnicos, certificados em outubro de 2022. Esses profissionais foram habilitados para oferecer nas UBSs os serviços até então disponíveis exclusivamente nos CEOs.

Além dos cuidados primários, com ações de promoção e prevenção, como restaurações, extrações dentárias e limpeza, as UBSs passaram a prestar também atendimento em próteses totais e removíveis, quando necessário.

Das 470 UBSs distribuídas em todas as regiões da cidade, 428 (91,06%) têm equipes de saúde bucal. Dessas, 415 já dispõem de profissionais aptos a colocar próteses. Somente de janeiro a agosto, as UBSs colocaram 46.047 próteses parciais removíveis e totais.

Durante o ano passado foram fornecidas 46.976 próteses pelas UBSs, número significativamente maior do que os registrados em 2019, 2020 e 2021, quando foram entregues, respectivamente, 28.560, 16.515 e 24.210 próteses.

João Batista Prado Soares, 67, foi um dos beneficiados pela ampliação da oferta de próteses. "Tinha muitos dentes estragados. Nos últimos dois anos, só não senti mais vergonha porque, por conta da pandemia, usava máscara o tempo todo. Agora, estou sorrindo para todo mundo."

Até o fim de 2023 a SMS pretende qualificar novas turmas de profissionais da saúde bucal que atuam nas UBSs e aumentar ainda mais a capacidade de atendimento odontológico na rede básica.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Atividade econômica no país cresceu 0,2% no 2º trimestre

A atividade econômica do país cresceu 1,3% em junho, na comparação com maio. No segundo trimestre do ano, a economia brasileira teve alta de 0,2%. Os dados foram divulgados na terça-feira (15) pelo Monitor do PIB da Fundação Getulio Vargas (FGV). O indicador mostra a prévia do Produto Interno Bruto (PIB, todos os bens e serviços produzidos no país).

No primeiro trimestre, o Monitor do PIB apontou um crescimento de 2% (valor revisado). "Após o forte crescimento registrado no primeiro trimestre do ano, a atividade econômica mostrou desaceleração. Apesar da forte retração registrada pela agropecuária, os modestos crescimentos do setor industrial e de serviços colaboraram para o resultado positivo de 0,2% no segundo trimestre", explicou Juliana Trece, coordenadora da pesquisa.

"Em linhas gerais, esse resultado mostra uma certa resiliência da economia, que segue em terreno positivo mesmo com grande parte do bônus da agropecuária tendo se reduzido. Por outro lado, esse fraco crescimento também ilustra a pouca capacidade de reação da economia para crescer de forma mais robusta em um ambiente de baixo investimento, juros altos e elevado grau de endividamento das famílias", disse.

Influências

Ao detalhar o resultado, a FGV identifica uma alta de 2,3% no consumo das famílias no segundo trimestre. Esse crescimento tem se reduzido desde o fim de 2022. A menor contribuição do consumo de serviços e de produtos não duráveis é a principal razão para essa desaceleração.

A formação bruta de capital fixo - indicador que reflete o nível de investimento, como aquisição de máquinas e equipamentos - teve retração de 2,5% no trimestre.

As exportações de bens e serviços cresceram 14,1% no segundo trimestre. Praticamente todos os componentes das vendas para o exterior cresceram no período, mas apenas dois explicam a maior parte do resultado: produtos agropecuários (30,1%) e minérios (23,8%) foram responsáveis por cerca de 80% do desempenho.

Pelo lado das importações, o crescimento foi de 6,8% no trimestre. As compras externas de bens de consumo (29,7%) e de capital (18,2%) responderam por mais de 60% do resultado.

Em valor corrente, a FGV estima o PIB brasileiro em R$ 5,74 trilhões.

A prévia da FGV vai ao encontro do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado na segunda-feira (14), que também aponta desaceleração do PIB no segundo trimestre. O IBC-Br teve alta de 0,43% de abril a junho em relação ao período de janeiro a março. No primeiro trimestre do ano, o crescimento foi de 2,41%, se comparado ao trimestre anterior (outubro a dezembro de 2022).

PIB oficial

Os números oficiais do PIB são divulgados trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados do segundo trimestre serão conhecidos no dia 1º de setembro. Em junho, o IBGE anunciou que o PIB do primeiro trimestre cresceu 1,9% na comparação com os últimos três meses de 2022. (Agencia Brasil)

Petrobras reajusta preços da gasolina e do diesel para distribuidoras

A Petrobras anunciou na terça-feira (15), no Rio de Janeiro, que vai reajustar os preços da gasolina e do diesel a partir desta quarta-feira. A gasolina A - produzida pelas refinarias de petróleo e entregue diretamente às distribuidoras - terá o preço médio aumentado em R$ 0,41 por litro e passará a ser vendida às distribuidoras por R$ 2,93. O aumento é de cerca de 16%.

"Considerando a mistura obrigatória de 73% de gasolina A e 27% de etanol anidro para a composição da gasolina comercializada nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor será, em média, R$ 2,14 a cada litro vendido na bomba", diz o comunicado da empresa.

Apesar desse reajuste, no ano o preço da gasolina vendida às distribuidoras acumula redução de R$ 0,15 por litro.

Para o diesel, a Petrobras aumentará o preço médio de venda para as distribuidoras em R$ 0,78, chegando a R$ 3,80 por litro. O reajuste representa 26%.

Levando em consideração a mistura obrigatória de 88% de diesel A - produzido nas refinarias - e 12% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor será, em média, R$ 3,34 a cada litro.

No ano, o preço de venda de diesel da Petrobras para as distribuidoras acumula redução de R$ 0,69 por litro.

A parcela da Petrobras no preço do combustível não é o valor final que o consumidor encontra nas bombas porque ainda entram no cálculo impostos e margens de lucro da distribuição e dos postos.

A Petrobras esclareceu que a nova política de preços da empresa "incorpora parâmetros que refletem as melhores condições de refino e logística da Petrobras na sua precificação".

Segundo a empresa, "em um primeiro momento, isso permitiu que a empresa reduzisse seus preços de gasolina e diesel e, nas últimas semanas, mitigasse os efeitos da volatilidade e da alta abrupta dos preços externos, propiciando período de estabilidade de preços aos seus clientes".

A companhia ressalta que, "no entanto, a consolidação dos preços de petróleo em outro patamar, e estando a Petrobras no limite da sua otimização operacional, incluindo a realização de importações complementares, torna necessário realizar ajustes de preços para ambos os combustíveis, dentro dos parâmetros da estratégia comercial, visando reequilíbrio com o mercado e com os valores marginais para a Petrobras".

Na avaliação da companhia, a nova política de preços evita repassar aos consumidores a volatilidade conjuntural do mercado internacional e da taxa de câmbio, ao mesmo tempo em que preserva um "ambiente competitivo salutar nos termos da legislação vigente". (Agencia Brasil)

Brasil é a "grande alternativa" do novo mercado, avalia Alckmin

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, disse na terça-feira (15) que o contexto internacional faz do Brasil "a grande alternativa" para um mercado que cada vez mais busca além de qualidade e bom preço, produtos que sejam ambientalmente adequados.

Durante participação na conferência O Powershoring e a Neoindustrialização Verde do Brasil – Perspectivas, Potencial, Políticas Públicas e Privadas, promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, Alckmin enumerou uma série de fatores que representam vantagens competitivas para o país que, segundo ele, já é o quinto em atração de investimento direto.

A questão ambiental – e a constatação, principalmente por parte dos países ricos, de seus efeitos nocivos para o clima – representará, para Brasil e outros países com florestas em seu espaço geográfico, vantagens até então inéditas, disse Alckmin.

"A pergunta sempre foi 'onde é que eu fabrico bem e barato?' Agora é 'onde é que eu fabrico bem, barato e consigo compensar as emissões de carbono?' E aí o Brasil é a grande alternativa. Teremos uma grande oportunidade. Já somos o quinto país do mundo em atração de investimento direto, e isso pode crescer enormemente. A neoindustrialização é exatamente isso, inovação e verde", disse o presidente em exercício.

CBA

Segundo Alckmin, o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), que há 21 anos atua em pesquisa e cria novos produtos com matéria prima da Amazônia, terá papel relevante nesse contexto. Entre os produtos que são foco desse centro estão alimentos, bebidas, medicamentos, cosméticos e farmacêuticos. Ele atua também na capacitação de moradores de comunidades tradicionais.

"Estamos com um novo modelo e contrato de gestão com o CBA para darmos um outro passo no sentido de fazer a biodiversidade amazônica virar emprego e renda. Para virar patente, para virar negócio e para virar produto", acrescentou.

Alckmin lembrou que, atualmente, o mundo depende principalmente de três florestas tropicais, localizadas no Brasil, no Congo e na Indonésia. "Sendo que a floresta amazônica é de longe é maior e a mais importante".

Ele acrescentou que o governo tem atuado para dar sequência à tarefa permanente de trabalhar a titulação de terras e o combate ao desmatamento. Uma outra tarefa citada pelo presidente em exercício é a descarbonização.

"E aí nós já temos um trabalho de sucesso, que é o biodiesel. O presidente Lula, no primeiro mandato, lançou o B3, para trocar 3% do diesel por olhos vegetais, como de soja, mamona, dendê, girassol ou gordura animal. Foi um sucesso. Passou para B7, B10, B13 e chegaria a B15, mas no ano passado foi reduzido para B10, diminuindo a presença do bio no diesel. Este ano voltou para B12. No ano que vem vai para B13 e depois B14 para então chegar a B15 e, depois, até o B20", lembrou.

Alckmin reiterou que o Brasil não importa mais óleo diesel, de forma a manter a estratégia de substituí-lo cada vez ais pelo óleo vegetal produzido no próprio país, como é o caso do óleo de soja.

"Tem também o etanol, que é uma realidade. O carro flex é um orgulho brasileiro. A nossa gasolina é a única que tem 27% de etanol, e há um estudo para chegarmos a 30%. Por isso emitimos menos [gases poluentes]. Se pegarmos do poço à roda, o etanol puro polui menos até que o [carro] elétrico, porque precisa levar em consideração como é que essa bateria é feita e qual é a energia utilizada para fabricá-la", argumentou ao reafirmar que o biodiesel e o etanol representam "grandes possibilidades" para o futuro do país.

"O mundo inteiro vai trocar o querosene do avião por combustíveis sustentáveis, e Brasil e Estados Unidos são os dois grandes nessa área. Se nós corrermos nas pesquisas e na inovação, chegaremos na frente", acrescentou. (Agencia Brasil)

PAC prevê mais de 300 obras em rodovias e ferrovias

O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo governo federal na última sexta-feira (11), prevê mais de 302 empreendimentos rodoviários e ferroviários, entre obras públicas e concessões à iniciativa privada. O total previsto para rodovias e ferrovias é de R$ 280 bilhões, sendo R$ 79 bilhões em recursos do Orçamento Geral da União e R$ 201 bilhões em investimentos privados.

Rodovias e ferrovias

Com 267 empreendimentos previstos nas rodovias federais, são estimados R$ 185,8 bilhões, sendo R$ 73 bilhões em investimentos públicos e R$ 112,8 bilhões em investimentos privados. Além da construção de novas rodovias, os recursos preveem a manutenção da malha rodoviária em todos os estados.

No setor de ferrovias, uma das obras do Novo PAC é o trecho da Transnordestina em Pernambuco, que irá de Salgueiro ao Porto de Suape, na região metropolitana do Recife.

Outras quatro obras públicas foram contempladas no planejamento do governo: a adequação das linhas férreas de Juiz de Fora (MG) e de Barra Mansa (RJ) e a construção das ferrovias de Integração Oeste-Leste (Fiol 2) e de Integração do Centro-Oeste (Fico 1). Além delas, seis estudos de novas concessões fazem parte do programa, como é o caso da EF-170, a Ferrogrão, outro projeto de extrema relevância.

No total, estão previstos R$ 6 bilhões em investimentos públicos e R$ 88,2 bilhões em investimentos privados para o setor de ferrovias.

As intervenções em ferrovias e rodovias integram o eixo Transporte Eficiente e Sustentável, que também reúne investimentos em portos, aeroportos e hidrovias, com o objetivo de reduzir os custos da produção nacional para o mercado interno e elevar a competitividade do Brasil no exterior. O total destinado para este eixo é R$ 349 bilhões, o segundo maior montante em relação ao volume total de recursos do Novo PAC.

Energia

No setor de energia, o Ministério de Minas e Energia terá 165 empreendimentos no PAC, com um investimento total de R$ 592 bilhões. Além do relançamento do programa Luz para Todos, com previsão de investimentos de mais de R$ 14 bilhões em 11 estados para universalizar o atendimento, estão previstos mais de 28 mil quilômetros em novas linhas de transmissão, projetos em usinas eólicas e fotovoltaicas.

Também se destacam os projetos de usinas termelétricas a gás natural; estudos para geração de hidrogênio verde; extensão da vida útil da Usina de Angra 1 e a UTN Angra 3, que será considerado o estudo de viabilidade técnica, econômica e socioambiental do projeto.

Na área de petróleo, gás e biocombustíveis estão previstas obras como o Projeto Integrado Rota 3; implantação de Biorrefino em refinaria de Matariпe; perfuração de três poços exploratórios dentro da campanha exploratória da Petrobras na Margem Equatorial; Unidade de Captura e Estocagem de Carbono em reservatório subterrâneo e conclusão da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

Outros estudos incluídos no PAC são para projetos de minerais de transição energética como urânio, cobalto, níquel, quartzo, lítio, cério-terras raras, cobre, grafita; estudos para avaliação dos depósitos minerais (P, K, N) e de aproveitamento de rochas e rejeitos de mineração.

PAC

Dos R$ 1,7 trilhão de recursos para o novo PAC, R$ 371 bilhões virão do Orçamento Geral da União. O setor privado entrará com R$ 612 bilhões, e as empresas estatais vão aportar R$ 343 bilhões, especialmente a Petrobras. Mais R$ 362 bilhões virão de financiamentos. A previsão é que R$ 1,4 trilhão sejam aplicados até 2026 e o restante após essa data.

O Novo PAC vai investir em todos os estados do Brasil. O programa tem nove eixos de investimentos: Cidades Sustentáveis e Resilientes, Transição e Segurança Energética, Transporte Eficiente e Sustentável, Inclusão digital e Conectividade, Saúde, Educação, Infraestrutura Social e Inclusiva, Água para Todos e Defesa. (Agencia Brasil)

Taxa de desemprego recua em oito unidades da Federação

A taxa de desocupação recuou em oito das 27 unidades da Federação no segundo trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior. As principais quedas foram observadas no Distrito Federal (de 12% no primeiro trimestre para 8,7% no segundo) e no Rio Grande do Norte (de 12,1% para 10,2%).

Também foram observados recuos nos estados de São Paulo (de 8,5% para 7,8%), do Ceará (de 9,6% para 8,6%), de Minas Gerais (de 6,8% para 5,8%), do Maranhão (de 9,8% para 8,6%), Pará (9,8% para 8,6%) e de Mato Grosso (de 4,5% para 3%).

As outras 19 unidades da Federação mantiveram suas taxas de desocupação estáveis. A média nacional, divulgada no fim de julho, recuou de 8,8% para 8% do primeiro para o segundo trimestre.

A taxa de desocupação, também chamada de taxa de desemprego, mede o percentual de pessoas que estão em busca de emprego mas não conseguem trabalhar, em relação à força de trabalho (ou seja, a soma daqueles em busca de emprego com aqueles que estão empregados).

"A queda na taxa de desocupação nesse trimestre pode caracterizar também um padrão sazonal. Após o crescimento do primeiro trimestre, em certa medida pela busca de trabalho por aqueles dispensados no início do ano, no segundo trimestre essa procura tende a diminuir", afirma a pesquisadora do IBGE Adriana Beringuy.

As maiores taxas de desocupação foram registradas em Pernambuco (14,2%), na Bahia (13,4%) e no Amapá (12,4%), e as menores, de Rondônia (2,4%), Mato Grosso (3%) e Santa Catarina (3,5%). Quando comparadas as cinco regiões, a taxa de desocupação recuou em quatro delas e manteve-se estável no Sul.

Na comparação com o segundo trimestre do ano passado, a taxa de desocupação recuou em 17 unidades da Federação, com destaque para Rondônia (ao passar de 5,8% para 2,4%).

Cor e sexo

Entre os homens, a taxa ficou em 6,9% no segundo trimestre, enquanto entre as mulheres ela é maior (9,6%). Há discrepância também na comparação de cor ou raça. Os brancos tiveram uma taxa abaixo da média nacional (6,3%), enquanto pretos e pardos tiveram taxas acima: 10% e 9,3%, respectivamente.

A taxa de desocupação para as pessoas com ensino médio incompleto foi a maior entre todos os níveis de instrução: 13,6%. Para as pessoas com nível superior completo, a taxa é de 3,8%.

Rendimento

Na comparação com o primeiro trimestre deste ano, o rendimento médio real mensal habitual do trabalhador cresceu na Região Norte, enquanto as demais regiões ficaram estáveis. Já em relação ao segundo trimestre de 2022, houve expansão em todas as regiões.

Todas as unidades da Federação tiveram estabilidade no rendimento na comparação com o segundo semestre. Doze delas tiveram aumento na comparação com o primeiro trimestre de 2022, com destaque para Goiás (14,3%).

Informalidade

A taxa de informalidade, que considera o percentual de trabalhadores sem carteira assinada ou CNPJ, foi maior nos estados do Pará (58,7%), Maranhão (57,0%) e Amazonas (56,8%). As menores taxas foram observadas em Santa Catarina (26,6%), no Distrito Federal (31,2%) e em São Paulo (31,6%). (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

MME pedirá investigação da PF e da Abin sobre interrupção de energia

Energia elétrica foi restabelecida em todas as capitais

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) informou que 6 horas depois do início da interrupção de energia em grande parte do país, a maior parte dos 16 mil megawatts (MW) que haviam sido interrompidos por volta das 8h30 da manhã da terça-feira (15) já foi restabelecida. De acordo com a ONS, ao todo foram recompostos 13,5 MW, até as 12h25.

As regiões Norte e Nordeste são as que ainda não estão com toda a carga recomposta, com 55% e 81% respectivamente. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a carga foi recomposta integralmente, assim como em todas as capitais.

Segundo o presidente em exercício, Geraldo Alckmin, a resposta do Ministério de Minas e Energia foi rápida e efetiva. "Eu fiquei sabendo logo em seguida, às 8h30 da manhã, e as providências foram tomadas rapidamente", disse.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que estava no Paraguai em agenda com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, retornou ao Brasil para acompanhar de perto, na sala de situação, a recomposição da carga de energia do país. (Agencia Brasil)

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse na terça-feira (15) que a interrupção no fornecimento de energia elétrica registrada pela manhã em todas as regiões do país foi um evento extremamente raro. Por isso, além das apurações internas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), foi solicitado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também investiguem com detalhes as causas da falta de energia.

"Tenho absoluta convicção de que o ONS, até pela sua característica técnica, não vai ter condição de dizer textualmente se esses eventos foram eminentemente técnicos, ou se houve também falha humana ou até dolo", disse o ministro, lembrando que o setor é altamente estratégico, sensível e fundamental para a sociedade brasileira.

O governo já sabe que houve na manhã de terça-feira uma sobrecarga em uma linha de transmissão de energia no Ceará, o que fez com o que o sistema entrasse em colapso nas regiões Norte e Nordeste. Quando isso ocorreu, o ONS modulou a carga que estava sendo enviada para o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste, como forma de proteção, o que fez com que a energia fosse reduzida nessas regiões. Houve pelo menos 16 mil megawatts (MW) de interrupção de energia.

Segundo o ministro, o ONS ainda irá avaliar se houve outro evento no mesmo horário, em outro local do país. "O único evento que se pode afirmar é esse no Ceará. Ainda não há outro evento apontado pelo ONS, mas leva-se a presumir que tivemos um segundo evento que causou esse evento dessa magnitude", disse. Silveira pontuou que o país trabalha com um sistema de energia redundante e, para que tenha havido uma interrupção dessa magnitude, devem ter ocorrido dois eventos ao mesmo tempo. Alexandre Silveira citou os casos de ataques a torres de transmissão de energia registrados em janeiro deste ano.

"Graças à robustez do nosso sistema, para que haja um evento dessa magnitude, há de se haver uma redundância de fatos relevantes", disse. A previsão é que, em 48 horas, o ONS aponte o que fez com que o sistema tivesse tido essa interrupção.

Segundo o MME, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste a energia voltou cerca de uma hora depois da interrupção e, no Norte e no Nordeste, o fornecimento foi completamente restabelecido às 14h49.

O ministro explicou que o ocorrido na terça-feira não tem nada a ver com o suprimento e a segurança energética do Brasil. "Vivemos um momento de abundância nos reservatórios", destacou Silveira, lembrando que recentemente o Brasil exportou energia para a Argentina quando os reservatórios de Itaipu e Furnas estavam vertendo água.

A queda de energia atingiu 25 estados e o Distrito Federal. O único estado que não foi afetado foi Roraima, que não é integrado ao Sistema Interligado Nacional. Cerca de 27 milhões de pessoas foram atingidas, o que representa um terço dos consumidores brasileiros.

Durante a entrevista coletiva, o ministro fez críticas à privatização da Eletrobras, que detém a maior parte da geração e transmissão no Brasil. "Eu seria leviano em apontar que há uma causa direta desse evento com a privatização da Eletrobras. Mas a minha posição sempre foi a de que um setor como este deve ter uma mão firme do Estado brasileiro, como saúde, segurança e educação", disse. (Agencia Brasil)

Reunião na segunda deve definir próximos passos do arcabouço fiscal

O relator da proposta do arcabouço fiscal (PLP 93 de 2023), deputado Cláudio Cajado (PP-BA), informou que a reunião para que líderes partidários, governo e o presidente Arthur Lira (PP-AL) discutam o parecer foi remarcada para a próxima segunda-feira (21), às 19h.

Cajado disse ainda que a data de votação do texto não foi ainda acertada e dependerá do resultado da reunião de segunda-feira.

"Não existe compromisso de calendário. Feita essa reunião na próxima segunda-feira, vamos consensuar todo o texto, e a partir daí a pauta de quando entrará em votação no plenário será definida pelo Colégio de Líderes e pelo presidente", disse após reunião com os líderes e Lira.

O relator voltou a dizer que pretende defender o texto aprovado em maio pela Câmara e rejeitar as mudanças feitas pelo Senado. "Se depender de mim, quero defender meu relatório. Já disse e repito: não farei mais cavalo de batalha sobre os pontos que entendo que devam ser mantidos".

O Senado, além de retirar o Fundo do Distrito Federal das regras que limitam as despesas, excluiu ainda os gastos com ciência e tecnologia, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) dos limites de gastos impostos pelo arcabouço.

O projeto de lei em tramitação na Câmara limita o aumento das despesas primárias da União em até 70% do aumento da receita. As despesas primárias são os gastos do governo sem contar as despesas com a dívida pública. O novo arcabouço fiscal ainda estabelece metas fiscais com previsão de zerar o déficit público já em 2024.

A nova regra deve substituir o atual teto de gastos aprovado durante o governo de Michel Temer, que limitou as despesas à variação da inflação do ano anterior, sem levar em consideração o aumento, ou não, da arrecadação do Estado. (Agencia Brasil)

Banco do Agricultor Paranaense amplia linhas de crédito e terá juro zero para mulheres

Parte do pacote de incentivos voltado ao setor agrícola anunciado pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior na terça-feira (15), o Banco do Agricultor Paranaense receberá um aporte adicional de R$ 155 milhões para ampliação das linhas de financiamento e do público beneficiado. Os recursos do Tesouro do Estado serão usados no custeio parcial ou integral das taxas de juros a produtores rurais que financiarem novos investimentos em suas propriedades.

O Estado retoma essa política para estimular financiamentos de investimentos em energia renováveis, no âmbito do programa Renova Paraná, que terão os juros subsidiados pela Fomento Paraná com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE). Agora, o benefício também será estendido a todos os agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O governador Ratinho Junior destacou que o Banco do Agricultor foi criado em sua gestão para fomentar os investimentos na agricultura, a principal força econômica do Estado, com um olhar especial aos pequenos produtores.

"Oferecemos condições melhores de financiamento aos nossos agricultores, com muitas linhas a juro zero, para auxiliar em projetos de irrigação, energia renovável, para fomentar a agricultura familiar e o trabalho das mulheres agricultoras nesse setor. Tudo isso para que o Paraná continue produzindo alimentos em quantidade, qualidade e com sustentabilidade", disse.

Outra novidade nas linhas de financiamento oferecidas pelo Banco do Agricultor Paranaense é o atendimento diferenciado às mulheres. O Estado assumirá 100% dos juros dos empréstimos contraídos pelas agricultoras cadastradas no Pronaf Mulher que investirem em melhorias de suas propriedades.

"O Banco do Agricultor Paranaense é para atender o pequeno produtor, mas também para facilitar o crédito a juro zero para atender as mulheres que estão trabalhando no campo. Temos muitas propriedades tocadas por agricultoras, temos elas liderando a produção de café, bicho da seda, cogumelo, horticultura, uma série de áreas em que a mulher acaba sendo a líder no processo", salientou Ratinho Junior.

Na nova etapa da iniciativa, também foram incluídas nas linhas com juro zero projetos para investimentos em agroindústria, apicultura, cooperativas, irrigação, produção de pinhão, erva mate, captação e preservação de água e turismo rural, além de cadeias produtivas ligadas a seda, café, olericultura, produção orgânica e agroecológica, floricultura e fruticultura. A pecuária leiteira e a piscicultura também constam na lista, porém com redução parcial de juros.

Os valores são utilizados em contratos dos produtores junto às instituições que trabalham com crédito rural no Estado, o que inclui o Banco do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e cooperativas de crédito. Para aderirem ao programa, os produtores devem procurar a instituição financeira de sua escolha e a unidade do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR) mais próxima de sua propriedade.

A nova etapa do programa deve ir até o fim de 2024, mas a gestão estadual já estuda estendê-lo até 2026, devido à grande demanda do setor agropecuário.

Para que um agricultor seja enquadrado no Pronaf, ele precisa ter, entre outros critérios, ao menos 50% da renda familiar bruta proveniente da atividade rural, que deve ser limitada a R$ 360 mil nos últimos 12 meses. Os requisitos completos estão disponíveis no site do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Também estão incluídas no público-alvo as cooperativas da agricultura familiar.

O Governo do Estado também estendeu os incentivos financeiros aos médios e grandes produtores, que não fazem parte do Pronaf, e que terão uma redução de 5 pontos percentuais nos juros, cujas taxas variam entre 8,5% e 10,5% ao ano. Nestes casos, o benefício será concedido para projetos de investimento que ultrapassem os R$ 500 mil.

Criado em 2021 para fomentar a economia rural, sobretudo os produtores familiares, o Banco do Agricultor Paranaense já liberou R$ 620 milhões para 3.988 projetos que foram aprovados pelo Estado. Deste montante, cerca de R$ 208 milhões já foram utilizados na amortização dos juros de financiamentos já concluídos ou em andamento.

Do montante total aplicado até o momento pelo programa, 77,31% foram para projetos de energia renovável, 16,05% para a pecuária de leite e 3,18% para irrigação. Com liberação de novas linhas e aumento do público-alvo, a expectativa é de uma diversificação maior nas atividades beneficiadas a partir de agora. (AENPR)

Fiocruz propõe revisão da política de plantas medicinais

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) elaborou uma série de proposições para revisar a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), criada em junho de 2006, com o objetivo de garantir à população brasileira acesso seguro a esse tipo de planta e promover o uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional.

Entre as 18 ações propostas para ampliar a área de atuação da PNPMF figuram a criação de mecanismos para contemplar as farmácias vivas (que produzem fitoterápicos) nas diretrizes do programa; a articulação intersetorial entre ministérios, setores públicos e privados; a organização nacional da informação de base científica, genética e molecular por meio de plataformas e base de dados, democratizando seu acesso; e o fortalecimento da participação das comunidades indígenas, quilombolas, representantes de terreiro, agricultura familiar tradicional, raizeiras, ervaneiros, curandeiras e mateiros na composição no Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

O coordenador do Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde de Farmanguinhos/Fiocruz, Glauco de Kruse Villas Bôas, também cita a atualização do arcabouço regulatório e o fortalecimento dos laboratórios nacionais como propostas de incremento para a PNPMF. "Se o Brasil não produz em escala, você não tem o acesso a esses medicamentos no SUS".

O documento surgiu a partir do Webinário Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, evento organizado pelas Redes de Inovação em Medicamentos da Biodiversidade e pelo Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde de Farmanguinhos/Fiocruz.

Na carta final do evento, entidades científicas pediram a reestruturação do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos da PNPMF, com representantes de órgãos de governo e da sociedade civil para realizar seu trabalho à luz dos conceitos da bioeconomia e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Segundo Villas Bôas, o comitê está em fase de reestruturação.

No último dia 8, o presidente da Fiocruz, Mario Moreira, reuniu-se com o secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha, para apresentar a proposta de reformulação da atual PNPMF. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1104506-06.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 43ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Paulo Rogério Santos Pinheiro, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **Selma Ribeiro de Sampaio Vianna Pardini**, RG 9.530.653-5, CPF 040.406.378-01, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de **Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda.**, objetivando a cobrança de R$ 29.083,58 (outubro/2019), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2016. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constitui-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de abril de 2023. 14 e 16.08

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF nº 29.938.085/0001-35 - NIRE nº 35300514611 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de julho de 2023, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Estrada de Itapecerica, 4157, Capão Redondo, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da totalidade dos acionistas, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. MESA:** Presidente: Marcio Magalhães Hannas. Secretário: Roberto Vollmer Labarthe. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a eleição de membro do Conselho de Administração; e **(ii)** a contratação com terceiro. **6. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, deliberaram aprovar: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(ii)** A eleição do Sr. **ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 59.478.664-2/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 070.803.997-93, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP: 04.551-065, para o cargo de membro do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2024, devendo permanecer em seu cargo até a eleição e posse de seu substituto. O membro do Conselho de Administração ora eleito declara ter conhecimento do artigo 147 da LSA, e alterações posteriores, e consequentemente, não estar incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer atividades mercantis, conforme Termo de Posse, Declaração de Desimpedimento e de Renúncia à Remuneração arquivados na sede da Companhia; Em razão da deliberação acima, o Conselho de Administração da Companhia, a partir desta data, passa a ser composto pelos seguintes membros: **(1) MARCIO MAGALHÃES HANNAS**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 06.470.370-5 - IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 081.286.358-59, membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração, eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2022 ("AGO 2022"); **(2) PEDRO PAULO ARCHER SUTTER**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 53.278.761-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 013.879.347-67 membro efetivo, eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18/04/2023; **(3) ROBERTO VOLLMER LABARTHE**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº 53.527.699-0 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 468.919.357-68, membro efetivo, eleito na AGO 2022; **(4) ROBERTO PENNA CHAVES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 59.478.664-2/SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 070.803.997-93, membro efetivo, eleito nesta data; todos com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º Andar, Vila Olímpia, CEP: 04551-065, São Paulo/SP; e **(5) SÉRGIO LUIZ PEREIRA DE MACEDO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.374.421-6 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 873.683.078-04, com endereço profissional na Avenida Queiroz Filho, nº 1.700, Escritório 86, bairro Vila Hamburguesa, São Paulo/SP, CEP: 05.319-00, membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, eleito na AGO 2022; todos com mandato que se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2024, devendo permanecerem em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. **(iii)** Conforme atribuição prevista no art. 6º, alínea (xi) do Estatuto Social da Companhia, a contratação, pela Companhia, da ALSTOM BRASIL ENERGIA E TRANSPORTE LTDA, para aquisição de equipamentos e sobressalentes para contorno a obsolescência nos trens da frota "F" da Linha 5 - Lilás, tudo conforme termos e condições apresentados nesta assembleia. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 28 de julho de 2023. **Assinaturas**: Marcio Magalhães Hannas, Presidente e Roberto Vollmer Labarthe, Secretário. Acionistas: **(1) CCR S.A.**, por Marcio Magalhães Hannas; e **(2) RUASINVEST S.A.**, por Paulo José Dinis Ruas e por Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Marcio Magalhães Hannas - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Vollmer Labarthe - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 325.573/23-2 em 10.08.2023, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos todas as entidades e profissionais especificamente que desenvolvam e fomentam a modalidade do Futebol para pessoas amputadas, para participarem da Assembleia Geral à realizar-se no dia 31 de Agosto de 2023 às 18:00 horas em primeira chamada e as 18:30 horas em segunda e última chamada, na Rua Líbero Badaró n° 377 – 7° Andar – Centro – São Paulo/SP, com a finalidade de apreciarem, discutirem e deliberarem quanto a constituição da Federação Paulista de Futebol para Amputados, atendendo a seguinte **Ordem do Dia:- 1)** Constituição da Federação; **2)** Aprovação dos Estatutos da Federação; **3)** Estabelecimento do endereço da Sede da Federação; **4)** Eleição e Posse do Presidente, Vice-Presidente, Membros do Conselho Fiscal e nomeação dos Diretores; **5)** Assuntos Gerais.São Paulo, 09 de Agosto de 2023. Diego Joel Nunes - Comissão Organizadora.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 32ª, 33ª E 34ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ***(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)***

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 32ª, 33ª e 34ª Séries 1ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.*),** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos "CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 06 de setembro de 2023 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 12.4. do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão celebrado em 06 de fevereiro de 2017 ("Termos de Securitização"), deliberar sobre: **a)** Aprovar ou não a saída da **MÉRITO REALTY LTDA**. do quadro societário das empresas **COLSANTANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., COLJAZ 3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.; E COLARU 3 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, cujas quotas de titularidade da Nova Colorado S.A. encontram-se Alienadas Fiduciariamente em garantia as Obrigações Garantias, conforme definido nos Documentos da Operação, inclusive no Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas, e consequentemente a transformação dessas sociedades indicadas em sociedades unipessoais, figurando, a **NOVA COLORADO S.A.**, como única sócia, de modo que as novas quotas a serem detidas pela Nova Colorado em decorrência da compra das quotas detidas pela Mérito Realty Ltda não serão alineadas fiduciariamente em garantia à Emissão, dispensando as obrigações dispostas na Cláusula Terceira do Contrato de Alienação Fiduciária; **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, pelo menos, 2/3 dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 12.4. do Termo de Securitização, já as deliberações serão tomadas pelos Titulares dos CRI, que representem 2/3 dos CRI em Circulação, conforme cláusula 12.8. do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **agentefiduciario@vortx.com.br,** com cópia para **ahg@vortx.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais, outorgada dentro do prazo de 12 (doze) meses da data da convocação e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 16 de agosto de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0009974-92.2022.8.26.0001**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Hospital São Camilo - Santana. Executado: Roberto Annovicho. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0009974-92.2022.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Antonio Barbosa de Freitas, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ROBERTO ANNOVICHO, Brasileiro, Solteiro, RG 02113014, CPF 762.407.708-68, que por este Juizo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Hospital São Camilo - Santana, CNPJ 60.975.737/0012-04. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 308.896,13 (agosto/2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31 de julho de 2023.
16 e 17 / 08 / 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1002673-02.2021.8.26.0005**. Classe: Assunto: Monitória - Duplicata. Requerente: V.m. Rodrigues Combustíveis. Requerido: Bruno Varotto da Silva 41528631889. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002673-02.2021.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULO DE TARSSO DA SILVA PINTO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Bruno Varotto da Silva 41528631889, CNPJ: 23339530000164, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de V.m. Rodrigues Combustíveis, para cobrança do valor de R$ 4.602,60 (fevereiro de 2021), decorrente das notas fiscais n°s 2.883, 2.946, 2.979 e 3.023. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a dívida devidamente atualizada, bem como efetue o pagamento de honorários advocatícios correspondentes à 5% do valor da causa, ou apresente embargos monitórios, nos termos do artigo 701 do CPC. O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo e os embargos não forem opostos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de agosto de 2023.
16 e 17 / 08 / 2023.

Pedido de vista suspende julgamento da revisão de aposentadorias

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu, na terça-feira (15), mais tempo para analisar um recurso sobre a chamada revisão de toda vida de aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A ação estava em julgamento no plenário virtual da Corte, mas foi interrompido pelo pedido de vista, e agora não há data para a retomada do caso.

Em dezembro do ano passado, por maioria de votos, o Supremo permitiu que os aposentados que entraram na Justiça pedissem o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida. Antes da decisão, a revisão não era reconhecida.

Nesta semana, o STF passou a analisar uma decisão individual do ministro Alexandre de Moraes que limitou o alcance da decisão para excluir da revisão as aposentadorias já extintas e negar a revisão retroativa para parcelas que já foram pagas por decisão judicial transitada em julgada, ou seja, que foram finalizados.

Além disso, a possibilidade de revisão passaria a valer somente a partir de 1° de dezembro de 2022, data do julgamento. A decisão de Moraes foi motivada por um recurso do INSS.

Entenda

No ano passado, o STF reconheceu que o beneficiário pode optar pelo critério de cálculo que renda o maior valor mensal, cabendo ao aposentado avaliar se o cálculo de toda vida pode aumentar ou não o benefício. Contudo, a decisão não é definitiva e recursos contra a decisão estão em andamento.

Segundo o entendimento, a regra de transição que excluía as contribuições antecedentes a julho de 1994, quando o Plano Real foi implementado, pode ser afastada caso seja desvantajosa ao segurado.

O processo julgado pelo STF trata de um recurso do INSS contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que garantiu a um segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) a possibilidade de revisão do benefício com base nas contribuições sobre o período anterior ao ano de 1994.

Durante a tramitação do processo, associações que defendem os aposentados pediram que as contribuições previdenciárias realizadas antes de julho de 1994 sejam consideradas no cálculo dos benefícios. Essas contribuições pararam de ser consideradas em decorrência da reforma da Previdência de 1999, cujas regras de transição excluíam da conta os pagamentos antes do Plano Real.

Segundo as entidades, segurados do INSS tiveram redução do benefício em função da desconsideração dessas contribuições. (Agencia Brasil)

Jornal O DIA SP

Ligue:
3258-1822
3258-0273

Vitacon 50 Desenvolvimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ: 17.890.770/0001-50

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$, exceto pelo lucro por ação, expresso em reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	**37.996**	42.161
Promitentes compradores de imóveis	**68.511**	109.081
Imóveis a comercializar	**41.217**	57.090
Impostos e contribuições a compensar	**840**	359
Impostos diferidos	**260**	809
Outros ativos	**80**	94
Total do ativo circulante	**148.904**	209.594
Não circulante		
Imóveis a comercializar	**36.265**	23.318
Total do ativo não circulante	**36.265**	23.318
Total do ativo	**185.169**	232.912

Passivo	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	**929**	3.697
Impostos e contribuições a recolher	**963**	379
Adiantamentos de clientes	**6.499**	20.213
Distratos a pagar	**558**	713
Empréstimos e financiamentos	**-**	14.075
Impostos correntes com recolhimento diferido	**2.902**	4.805
Outras contas a pagar	**1.388**	829
Total do passivo circulante	**13.239**	44.711
Patrimônio líquido		
Capital social	**65.024**	131.524
Reservas de lucro	**106.906**	56.677
Total do patrimônio líquido	**171.930**	188.201
Total do passivo e patrimônio líquido	**185.169**	232.912

Demonstrações do resultado abrangente

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**50.229**	40.493
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente do exercício	**50.229**	40.493

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucro: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2021	149.524	2.275	13.909	-	165.708
Redução de capital	(18.000)	-	-	-	(18.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	40.493	40.493
Retenção de lucros	-	-	38.468	(38.468)	-
Reserva legal	-	2.025	-	(2.025)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	131.524	4.300	52.377	-	188.201
Redução de capital	**(66.500)**	**-**	**-**	**-**	**(66.500)**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**50.229**	**50.229**
Retenção de lucros	**-**	**-**	**47.718**	**(47.718)**	**-**
Reserva legal	**-**	**2.511**	**-**	**(2.511)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**65.024**	**6.811**	**100.095**	**-**	**171.930**

Demonstrações do resultado

	2022	2021
Receita líquida	**102.938**	119.882
Custo dos imóveis vendidos	**(51.983)**	(76.761)
Lucro operacional bruto	**50.955**	43.121
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas comerciais	**(701)**	(1.283)
Despesas gerais e administrativas	**(1.174)**	(101)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	**49.080**	41.737
Receitas financeiras	**5.293**	2.069
Despesas financeiras	**(386)**	(246)
Resultado financeiro	**4.907**	1.823
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**53.987**	43.560
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(4.408)**	(2.023)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**650**	(1.044)
Lucro líquido do exercício	**50.229**	40.493
Lucro básico por ação - em reais	**0,405**	0,295

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**50.229**	43.560
Provisão para distratos	**(390)**	674
Contribuições diferidas	**(1.353)**	1.184
Ajuste a valor presente de promitentes compradores de imóveis	**7.403**	5.652
	56.668	51.070
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Imóveis a comercializar	**3.917**	2.180
Promitentes compradores de imóveis	**32.777**	(44.806)
Impostos e contribuições a compensar	**(481)**	161
Outros ativos	**14**	58
Fornecedores	**(2.768)**	3.060
Adiantamento de clientes	**(13.714)**	(12.865)
Impostos e contribuições a recolher	**7.369**	(142)
Distratos a pagar	**(155)**	63
Outros adiantamentos	**-**	(2.813)
Outras contas a pagar	**560**	537
Impostos pagos	**(6.785)**	(1.995)
Pagamento de juros sobre empréstimos	**(1.050)**	(750)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**76.351**	(6.242)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	**(66.500)**	(18.000)
Captação de empréstimos	**-**	36.805
Pagamento de empréstimos	**(14.016)**	(22.798)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(80.516)**	(3.993)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(4.165)**	(10.235)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**42.161**	52.396
No fim do exercício	**37.996**	42.161
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(4.165)**	(10.235)

Responsável: Antônio Carlos Ferreira Rosa - Diretor
Contador: David Rodrigues Lopes - CRC 1SP 269.786/O-5

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., encontram-se disponíveis na sede da Companhia.
O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 24 de maio de 2023, sem modificações e contendo parágrafo de ênfase sobre reconhecimento de receita

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 05.303.439/0001-07 - NIRE 35.300.192.087

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

A Emissora e os debenturistas detentores de mais de 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, convocam, de forma conjunta, os senhores titulares das debêntures em circulação (em conjunto, "**Debenturistas**") da 1ª (Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Unigel Participações S.A. ("**Emissão**", "**Debêntures**" e "**Emissora**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Unigel Participações S.A.*", celebrado em 28 de março de 2022, entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditado em 11 de abril de 2022 ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, no dia 05 de setembro de 2023, às 11:00 horas, em Assembleia Geral de Debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams ("**Plataforma Digital**") nos termos do art. 71, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para analisar e deliberar as **ORDENS DO DIA** indicadas abaixo: **Objetivo da convocação**: O objetivo da presente convocação é criar as condições para que ocorram negociações para que as Debêntures sejam repactuadas, com a estipulação de novos termos e prazos mediante o recebimento de garantias reais que viabilizem a repactuação, concomitantemente com outros credores no curso da reestruturação financeira da Emissora. Os Debenturistas e a Emissora continuarão as negociações entre a data da convocação da AGD e a data de sua realização para debater os termos e condições gerais de tal repactuação e as condições de outorga da garantia, sendo que a repactuação e a formalização da garantia deverão ocorrer no prazo de 90 (noventa) dias subsequentes à realização da AGD, sendo certo que nova assembleia deverá ser convocada para aprovar formalmente a repactuação. **a)** As **ORDENS DO DIA** indicadas nos itens (1) até (5) abaixo (i) somente poderão ser consideradas aprovadas caso haja concordância da Emissora com tais alterações, incluindo a redação a ser adotada acerca das mesmas na documentação; e (ii) a Emissora ou os Debenturistas poderão determinar que a aprovação dos itens (1) até (5) abaixo estará condicionada à não declaração por parte dos Debenturistas do eventos de vencimento antecipado mencionado na deliberação do item (6) e à aprovação dos itens (7) e (8) incluídos na Ordem do Dia. Caso aprovadas, as obrigações assumidas pela Emissora dos itens (1) até (5) abaixo deverão perdurar até o término do processo de reestruturação das Debentures e formalização da garantia em benefício das Debêntures, que será consubstanciado por meio de aditamento à Escritura de Emissão com os termos finais de tal reestruturação e da formalização da outorga de garantia em benefício das Debêntures, observada a hipótese de perda de eficácia prevista no item (8) das Ordens do Dia, sendo certo que a realização da AGD não poderá ser interpretada como o término de tal processo: **(1)** Deliberar acerca da inclusão de nova obrigação na Escritura de Emissão, de forma a prever que a Emissora não poderá constituir hipoteca, penhor, alienação fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima, ainda que sob condição suspensiva ("**Garantias para Terceiros**") sobre quaisquer bens ou direitos integrantes de seu patrimônio, exceto pelas garantias prestadas (i) aos fornecedores da Emissora; (ii) a instituições financeiras, no curso normal dos negócios da Emissora, em ambos os casos utilizando estoques ou bens de natureza equivalente aos utilizados como garantia para esse tipo de operação nos últimos 12 (doze) meses; ou (iii) para os Novos Recursos, conforme regras descritas no item (3) abaixo. Tal obrigação deixará de ter eficácia após o término do processo de reestruturação das Debentures, ainda em andamento, que será consubstanciado por meio de aditamento à Escritura de Emissão com os termos finais de tal reestruturação, incluindo a inclusão de garantia em benefício das Debêntures, sendo certo que a realização da AGD não poderá ser interpretada como o término de tal processo. A inclusão da referida obrigação será consubstanciada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, o qual a Emissora se obriga a assinar e arcar com os custos de registros e demais emolumentos dentro do prazo previsto na cláusula 2.3. da Escritura de Emissão; **(2)** Deliberar acerca da inclusão de nova obrigação na Escritura de Emissão, de forma a prever que a Emissora deverá outorgar tratamento equitativo *(pari passu)* para os Debenturistas da presente Emissão, inclusive em caso de recuperação extrajudicial, com relação a, quaisquer instituições financeiras, nacionais ou estrangeiras, credores de dívidas financeiras da Emissora e os credores de dívida/títulos emitidos pela Emissora no âmbito de operações no mercado de capitais, no Brasil ou no exterior, excetuando-se as Debêntures, ou, ainda, terceiros que adquiram ou venham a suceder os atuais detentores de tais créditos contra a Emissora, seja por novação, repactuação ou dívidas que venham a substituí-las ("**Créditos de Terceiros**"), sendo certo que não será considerado tratamento desigual aos Debenturistas a outorga de garantia sobre plantas industriais, seus equipamentos e imóveis, para (a) os detentores de Créditos de Terceiros, desde que a outorga de tais garantias ocorra de forma concomitante com a outorga da garantia aceita pelos Debenturistas, ou (b) para os Novos Recursos, observadas as regras descritas e conforme definido no item (3), abaixo. A inclusão da referida obrigação será consubstanciada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, o qual a Emissora se obriga a assinar e arcar com os custos de registros e demais emolumentos dentro do prazo previsto na cláusula 2.3. da Escritura de Emissão; **(3)** Aprovar a possibilidade de participantes do mercado oferecerem, e a Emissora aceitar, novos recursos financeiros para a Emissora, que deverão efetivamente ingressar no caixa da Emissora, para que a Emissora possa finalizar plantas industriais atualmente em construção, fazer manutenção de plantas industriais existentes, quitar folha de pagamento, pagar fornecedores, e outras despesas de caráter operacional no curso normal de sua operação, desde que: (i) a Emissora informe as condições de captação dos Novos Recursos e ofereça aos Debenturistas e aos detentores de Créditos de Terceiros a possibilidade de prover os novos recursos, em iguais condições (aplicando-se taxas de juros equivalentes em caso de diferentes moedas), na proporção dos créditos detidos por cada Debenturista individualmente ou detentor de Crédito de Terceiro interessado na participação na captação de Novos Recursos; e (ii) os bens dados em garantia envolvam equipamentos e imóveis de uma planta industrial ("**Novos Recursos**"), sendo certo que tais recursos não poderão ser utilizados direta ou indiretamente para pagar ou pré-pagar dívidas decorrentes de Créditos de Terceiros, exceto se tais pagamentos forem oferecidos, em iguais condições e em volume financeiro proporcional, aos Debenturistas pela Companhia ("**Pagamentos Vedados Novos Recursos**"), exceto para o pagamento, seja com Novos Recursos ou com recursos próprios da Emissora, de juros ou de principal, no vencimento atualmente contratado, de créditos decorrentes de contratos de adiantamento sobre contrato de câmbio, adiantamento sobre cambiais entregues, garantidos por cessão fiduciária de recebíveis ou firmados com o Banco do Nordeste do Brasil ou Caixa Econômica Federal até o montante de US$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares americanos) durante o período de 90 (noventa) dias contados da realização da AGD ("**Pagamentos Permitidos Durante a Inação**"). Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da realização da AGD e até o término do processo de reestruturação das Debentures e formalização da garantia em benefício das Debêntures, a Emissora poderá utilizar seus recursos próprios ou os Novos Recursos para o pagamento, de juros ou de principal, no vencimento atualmente contratado, de créditos decorrentes de contratos de adiantamento sobre contrato de câmbio, adiantamento sobre cambiais entregues, garantidos por cessão fiduciária de recebíveis ou firmados com o Banco do Nordeste do Brasil ou Caixa Econômica Federal, sem qualquer limitação ("**Pagamentos Permitidos Após a Inação**" e, em conjunto com os Pagamentos Permitidos Durante a Inação, os "**Pagamentos Permitidos**"). Sendo certo que qualquer Pagamento Permitido efetuado pela Emissora não se configurará como uma violação da obrigação de tratamento equitativo, indicado no item (2) das Ordens do Dia. A inclusão da referida obrigação será consubstanciada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, o qual a Emissora se obriga a assinar e arcar com os custos de registros e demais emolumentos dentro do prazo previsto na cláusula 2.3. da Escritura de Emissão; **(4)** Deliberar, acerca da inclusão de nova obrigação na Escritura de Emissão, de forma a prever que a Emissora deverá constituir uma garantia, previamente aceita pelos Debenturistas, em benefício das Debêntures (i) cujo objeto, prazo de constituição, espécie jurídica e demais características e condições, deverão ser negociadas pelas partes e formalizada perante os Cartórios de Registros competentes, 90 (noventa) dias contados da AGD; e (ii) que, em qualquer hipótese, deverá ter a mesma espécie jurídica das garantias ofertadas ou outorgadas em benefício de quaisquer detentores de Créditos de Terceiros. A inclusão da referida obrigação será consubstanciada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, o qual a Emissora se obriga a assinar e arcar com os custos de registros e demais emolumentos dentro do prazo previsto na cláusula 2.3. da Escritura de Emissão; **(5)** Deliberar acerca da inclusão de nova obrigação na Escritura de Emissão, prevendo que a Emissora não poderá efetuar qualquer pagamento referente aos Créditos de Terceiros, exceto os Pagamentos Permitidos, exceto se tais pagamentos forem oferecidos, em condições semelhantes e em volume financeiro proporcional, aos Debenturistas pela Companhia. A inclusão da referida obrigação será consubstanciada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, o qual a Emissora se obriga a assinar e arcar com os custos de registros e demais emolumentos dentro do prazo previsto na cláusula 2.3. da Escritura de Emissão; **b)** As **ORDENS DO DIA** indicadas nos itens (6) até (11) abaixo, serão deliberadas exclusivamente pelos Debenturistas e a aprovação ou não de cada um dos referidos itens NÃO dependerá de anuência da Emissora: **(6)** Deliberar sobre as consequências de eventual descumprimento ou não do índice Financeiro para a data base 30 de junho de 2023, conforme previsto no item (XIII) da Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão de Debêntures, ficando expressamente mantida e inalterada a obrigação da Emissora de verificação do referido Índice Financeiro prevista para a data base de 30 de setembro de 2023; **(7)** Deliberar sobre eventuais eventos de vencimento antecipado, conforme as cláusulas e itens que constam da Escritura de Emissão, que possam ter ocorrido ou venham a ocorrer entre a data de publicação deste Edital, até a data da AGD; **(8)** Deliberar sobre o compromisso de inação dos Debenturistas, pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da realização da AGD que aprovar os itens aqui mencionados, ou até o término do processo de reestruturação das Debentures, ainda em andamento, que será consubstanciado por meio de aditamento à Escritura de Emissão com os termos finais de tal reestruturação, incluindo a formalização da outorga de garantia em benefício das Debêntures, o que ocorrer por último, período em que os Debenturistas se absterão de aprovar qualquer deliberação que tenha por consequência o vencimento antecipado da Emissão, bem como se absterão de mover qualquer medida judicial ou extrajudicial contra a Emissora, sendo certo que tal compromisso perderá eficácia caso (i) qualquer dos detentores de Créditos de Terceiros ou de créditos decorrentes dos Novos Recursos aprovem qualquer deliberação que tenha por consequência o vencimento antecipado do respectivo Crédito de Terceiro ou da dívida que corporifica os Novos Recursos, ou, ainda, iniciem qualquer medida judicial ou extrajudicial contra a Emissora; ou (ii) caso a Emissora descumpra qualquer das suas obrigações conforme estipuladas nos itens (1) até (5) das ordens do dia. Em hipótese de perda de eficácia do compromisso de inação, a Emissora continuará obrigada a cumprir as obrigações descritas nos itens (1) até (5) das ordens do dia, desde que os Debenturistas não aprovem qualquer deliberação que tenha por consequência o vencimento antecipado da Emissão nem movam qualquer medida judicial ou extrajudicial contra a Emissora; **(9)** Ratificar ou não a contratação de Lefosse Advogados como advogado e representante da comunhão dos detentores das Debêntures, conforme proposta de honorários firmada entre Lefosse Advogados e Unigel Participações S.A., sendo a Emissora responsável pelo integral cumprimento do pagamento de todos os honorários e despesas incorridas pelo Assessor Legal, conforme os termos da referida contratação; **(10)** Ratificar ou não a contratação da Valuation Consultoria Empresarial Ltda. como assessor econômico-financeiro da comunhão dos detentores das Debêntures, conforme proposta de honorários firmada entre Valuation Consultoria Empresarial Ltda. e Unigel Participações S.A., sendo a Emissora responsável pelo integral cumprimento do pagamento de todos os honorários e despesas incorridas pelo Assessor Econômico-financeiro, conforme os termos da referida contratação; e **(11)** a autorização para que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário (conforme aplicável), na qualidade de representante dos Debenturistas, pratique todos os demais atos eventualmente necessários de forma a implementar as deliberações tomadas, para refletir as aprovações das matérias dos itens acima e demais ajustes decorrentes das aprovações acima, conforme aplicável. **Informações Gerais:** A Emissora será responsável pelos custos com as publicações de editais e constituições de garantias perante os registros competentes, nos termos da Escritura de Emissão. Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da Plataforma Digital deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Emissora por meio do endereço eletrônico ri@unigel.com.br e para o Agente Fiduciário através do endereço eletrônico gtm@vortx.com.br | agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título a operação (AGD | Unigel), com antecedência de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o *link* de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), para participar da AGD deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário (i) cópia do documento de identidade do debenturista, representante legal ou procurador: Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante atualizado da titularidade das Debêntures, expedido pela instituição escrituradora, o qual recomenda-se tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da AGD; e (iii) caso o Debenturista seja representado por um procurador, cópia da procuração assinada com poderes específicos para sua representação na AGD ou instrução de voto, observados os termos e condições estabelecidos neste Edital. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGD como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital. Com relação aos fundos de investimento, a representação destes na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. As pessoas naturais Debenturistas da Emissora somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Emissora, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas Debenturistas da Emissora poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Emissora, acionista ou advogado. Os Debenturistas que não realizarem o Cadastro e não enviarem os documentos na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGD via sistema eletrônico de votação a distância. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos após o Cadastro, o Debenturista poderá receber, até 01 (um) Dia Útil antes da AGD, as instruções para acesso à Plataforma Digital. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 01 (um) Dia Útil de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@unigel.com.br, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Emissora diretamente pelo e-mail ri@unigel.com.br ou com o Agente Fiduciario, através do e-mail gtm@vortx.com.br | agentefiduciario@vortx.com.br. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o *link* de acesso à **Plataforma Digital** estará disponível a partir de 10 (dez) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Recomenda-se que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 1 (uma) hora de antecedência do início da AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas Credenciados se familiarizem previamente com a plataforma Microsoft Teams para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da AGD, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a AGD, sem a possibilidade de manifestação. Será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. Nem a Emissora, nem o Agente Fiduciário se responsabilizarão por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora. Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br) e na página da Emissora (www.unigel.com.br), na rede mundial de computadores. Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.

São Paulo, 14 de agosto de 2023.
UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

BRAZILIAN SECURITIES
Uma Empresa do Grupo PAN

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Primeira Convocação Para a Quinta Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliário da 278ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 278ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Imobiliário dos Certificados de Recebíveis do Imobiliário da 278ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 1ª convocação para a Quinta Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AGT" e "Titulares dos CRI", respectivamente), a se realizar no dia 6 de setembro de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente remota e digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em março de 2023, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60; (ii) Autorização ao Agente Fiduciário para que, em conjunto com a Securitizadora, realize todos os atos e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as aprovações da ordem do dia. As demais regras observarão a Resolução CVM 60. A respectiva demonstração financeira estará disponível no site da Securitizadora desde 30 de maio de 2023. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis da realização da assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI e; b) cópia digitalizada de documento de

Kartismo

AKSP disputa 8ª etapa nesta quinta-feira em Interlagos

Com mais de 100 pilotos confirmados e 12 estreantes, o campeonato de kart amador AKSP disputará nesta quinta-feira (17), no Kartódromo de Interlagos (SP/SP), o GP Fraldinha do João Carlos. As provas da oitava rodada das categorias Light, Graduados, Elite, Sênior e Mulheres em Ação serão válidas pela segunda etapa do segundo turno, liderado por Douglas Pecoraro (Elite), Alexandre Porche (Graduados), Rodrigo Parmezzani (Light), Edu Abrantes (Sênior), Cah Nunes (Mulheres em Ação Graduadas) e Daniela Lemes (Mulheres em Ação Novatas). Os líderes na pontuação geral depois de sete etapas são Douglas Pecoraro (Elite), Alexandre Porche (Graduados), Thiago Rocha de Paula (Light), Marcelo Carvalhaes (Sênior), Natália Eufrásio (Mulheres em Ação Graduadas) e Nina Marques (Mulheres em Ação Novatas).

Ações sociais e muitos prêmios, brindes e diversão

Nesta etapa o AKSP vai arrecadar fraldinhas descartáveis para o João Carlos, filho do piloto Júlio Luiz (Graduados), que está prestes a nascer.

Além de troféus, todos os vencedores da AKSP e Mulheres em Ação receberão voucher com desconto em corte masculino na Barbearia e Tattoo Fireworks, e voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções. Todas as mulheres participantes também levarão pra casa vasos de flores da Floricultura Jardim dos Amores.

Os seis primeiros colocados de cada categoria serão premiados com kits Giovanna Baby e Phytoervas, e o sétimo colocado de cada modalidade receberá um kit da Cervejaria Paulistânia.

Nesta etapa serão sorteados entre todos os participantes, dois pares de luvas DKR personalizadas, conjuntos com antepastos da DiAndreas, obra de arte em papel da Mundo Papercraft, e voucher da Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Mary Estética, Pizza Crek, Rolley Beach, Studio Divando e Studio 16 Hair e Beauty Moema.

Foto/ Emerson Santos

Todas *as categorias da AKSP largam com pelo menos 20 pilotos no grid*

O Auto Posto Colônia oferecerá um galão de combustível para o Casal Gasolina. Antes da formação dos pódios, o último colocado de cada bateria receberá o descontraído troféu Mão de Pau, acompanhado de voucher para aulas de violão on-line da MRC Produções. E no final da programação, será oferecido o tradicional bolo para os aniversariantes do mês.

Confira os dez primeiros na pontuação geral de cada categoria da AKSP após a sétima etapa:

Light: 1) Thiago Rocha de Paula, 121 pontos; 2) Edicarlos Tomiazzi, 110; 3) Arthur Filipe, 94; 4) Caio Leal, 86; 5) Paulo Daniel Houpillard, 85; 6) Diego Rocha, 77; 7) Fábio Roberto da Silva, 76; 8) Rafael Vilela Barbosa, 71; 9) Vitor Filipe, 65; 10) Rodrigo Parmezzani, 62.

Graduados: 1) Alexandre Porche, 148 pontos; 2) Luis Phillipe Blanes, 106; 3) Gabriel Araújo, 104; 4) Guilherme Manucci, 87; 5) Bruno Furlan, 85; 6) Arthur Martins, 84; 7) Luciano Bleker, 68; 8) Giuliano Sciulli, 68; 9) Élcio Lora, 67; 10) Leandro Teles, 61.

Elite: 1) Douglas Pecoraro, 135 pontos; 2) Jorge Roque, 108; 3) José de Jesus, 102; 4) Paulo Policeno, 97; 5) Gabriel Medina, 87; 6) George NG, 86; 7) Rodrigo Oliveira, 79; 8) Henrique Morbi, 53; 9) Augusto Coutinho, 45; 10) Carlos Roberto Silva, 45.

Sênior: 1) Marcelo Carvalhaes, 133 pontos; 2) Eduardo Abrantes, 132; 3) Jorge Roque, 129; 4) Jorge Filipe, 124; 5) Gerson Roschel, 105; 6) Luiz Antônio Gouvêa, 104; 7) Ricardo Corrêa Manoel, 91; 8) Antônio Street, 69; 9) Roberto Guimarães, 63; 10) Jorge Monari, 58.

Mulheres em Ação Graduadas: 1) Natália Eufrásio, 149 pontos; 2) Cah Nunes, 136; 3) Rita Sanches, 94; 4) Lucimara Ido, 93; 5) Lorena Milan, 34.

Mulheres em Ação Novatas: 1) Nina Marques, 96; 2) Daiani Tomiazzi, 91; 3) Talita Keli, 78; 4) Bruna de Lima Almeida, 52; 5) Eliane Belo, 51.

O campeonato da Associação dos Kartistas de São Paulo (AKSP) tem o apoio de Antepastos DiAndreas, Auto Posto Colônia, Barbearia e Tattoo Fireworks, Bela Art Comunicação Visual, Box 4 Car, Carlos Massoterapia, Cervejaria Paulistânia, Exotic Limousine, Floricultura Jardim dos Amores, Giovanna Baby, Grand Assessoria de Crédito, LR Competições, Luvas e Macacões DKR, Mary Estética, Mell Farma, MRC Produções, Mundo Papercraft, One Racing Academy, Phytoervas, Pizza Crek, Restaurante Low BBQ, Rolley Beach, SM Reparação de Veículos, Studio Divando, Studio 16 Hair e Beauty Moema. WhatsApp: 11-99681.3549. Siga o Instagram @aksp.19. Siga o Instagram @GPMulheresemAcao

Equipe familiar ocupa 3 das 4 primeiras colocações no Sertões

Eles estão na categoria mais competitiva, que reúne 91 UTVs segundo as estatísticas atualizadas da organização. Mas, mesmo assim, conseguem se destacar praticamente todos os anos no Rally dos Sertões BRB, a principal prova off-road do Brasil, que está em andamento e se encerrará no próximo sábado (19). Ontem, o mais jovem do clã, Bruno, venceu a especial mais longa da disputa, com 407km contra o cronômetro, em uma corrida que durou mais de seis horas no Semiárido Nordestino. E, na classificação geral da prova, na soma dos três dias disputados até agora, ocupam o segundo (Bruno), terceiro (Gabriel) e quarto lugares (Rodrigo). Novamente, a família Varela se posiciona como forte candidata a um pódio no maior desafio do rally nacional.

A família, aliás, defende o título, pois é a atual campeã com Rodrigo Varela e o navegador Matheus Mazzei. "No ano passado, quando fui campeão, muita gente achou que agora seria mais fácil vir para o Sertões, pois eu já tinha chegado lá (no título). Mas não é bem assim", diz Rodrigo, 32 anos, filho mais velho do tricampeão mundial Reinaldo Varela, que também participa da prova. "Não tem jeito, a ansiedade toma conta e, em uma competição longa e cheia de perigos, ela pode ser a sua maior inimiga. Aprendi com meu pai, desde cedo, que o segredo aqui é olhar a corrida como um todo. Aqui, temos um ditado: "O Sertões só termina quando acaba". Então, estar entre os dez primeiros nessa corrida é uma façanha esportiva, mas também psicológica", completa.

Foto/ Marcelo Machado de Melo

Gabriel, *com o navegador Enio Bozzano: aposta da família na briga pelo título*

"Criados na trilha" – O patrono da família, Reinaldo, 63 anos, também está na competição, ao lado do navegador Ari Fiuza – mas duas quebras o tiraram da briga pelo título. Embora a idade engane, Reinaldo ainda mantém o vigor ao volante, como atesta o tricampeonato mundial, conquistado em 2019, já sexagenário. Os três filhos, todos "criados na trilha", como gosta de dizer, são resultado do casamento com Nani Varela, parceira de Reinaldo "em todas as minhas conquistas".

A vitória de Bruno, 27 anos, foi comemorada pelo clã, assim como as boas colocações obtidas por seus irmãos. "Foi um sufoco, mas chegamos inteiros, nós e o carro. Essa foi uma especial que você poderia encaixar em qualquer Dakar: dificílima, muito exigente em todos os sentidos", avaliou o caçula, que compete ao lado do navegador Gustavo Bortolanza. "Na verdade, até aqui, não tivemos moleza. Da nossa parte, o importante foi manter o foco durante todo o trajeto, pensando sempre em explorar os momentos certos para acelerar tudo e estar alertas para situações de risco. O carro foi perfeito e o fato de termos largado em vigésimo-primeiro e terminado em primeiro mostra que fomos realmente competitivos. Um dia pra ter orgulho. Estou muito feliz", comemorou Bruno Varela.

O Sertões tem continuidade nesta terça-feira com a quarta etapa, uma corrida de 323km, a segunda mais longa da competição, encerrando a chamada fase "maratona" – na qual as duplas não podem receber auxílio das equipes. O trecho vai de Xique-Xique, na Bahia, até Petrolina, em Pernambuco, cidade que é ponto de partida ou chegada de várias das oito etapas deste ano. Confira abaixo o resultado da categoria UTV após três dias de prova, a classificação geral da disputa e outras informações sobre o Rally dos Sertões.

Corridas e visitação "na faixa": Turismo Nacional é diversão acessível em Goiânia

A categoria dos carros mais vendidos do Brasil terá portões abertos. No domingo, os mil primeiros a chegar poderão visitar os boxes

Foto/ Duda Barros

A *Turismo Nacional volta a acelerar em Goiânia neste fim de semana*

A Turismo Nacional está pronta para voltar a Goiânia (GO), onde vai realizar a quarta etapa da temporada 2023. Palco também da abertura do campeonato, em abril, o tradicional Autódromo Internacional Ayrton Senna receberá um fim de semana repleto de velocidade, que além da categoria dos carros mais vendidos do Brasil também reunirá os carros da AMG Cup. O apaixonado público goiano será o grande beneficiado e poderá assistir nada menos que oito corridas 'na faixa'.

Nos dias 19 e 20 (sábado e domingo), o público que quiser acompanhar um verdadeiro festival de automobilismo terá entrada gratuita, com estacionamento liberado — com vagas limitadas.

E no domingo, as primeiras mil pessoas que comparecerem ao autódromo terão acesso liberado para a visitação aos boxes, onde o público tem a oportunidade de interagir com os pilotos, ver de perto os carros que vão acelerar no fim de semana e poderão ainda ganhar brindes.

Um show de velocidade em Goiânia — Os trabalhos no circuito misto de 3.835 metros, 13 curvas e percorrido no sentido horário começam na próxima quinta-feira com cinco treinos extras, com uma hora de duração cada. Será um dia bastante importante para que os competidores possam acertar seus respectivos carros e fazer os devidos reconhecimentos de pista antes do início da etapa pra valer.

A programação para sexta-feira começa às 9h, com o primeiro treino livre. Os pilotos voltam à pista às 13h para mais uma sessão, com 30 minutos de duração. Ainda no período da tarde, às 16h, começam as classificatórias, que vão definir o grid de largada de quatro das seis corridas da etapa.

O fim de semana de velocidade da Turismo Nacional em Goiânia tem um sábado com quatro corridas. As duas primeiras provas acontecem pela manhã, com duração de 15 minutos mais uma volta para cada disputa, iniciando às 10h50. A largada da

Corrida 3 está prevista para o período da tarde, a partir de 15h20, com a quarta prova acontecendo na sequência.

O domingo terá a TN largando para sua quinta corrida na rodada a partir de 9h40, com duração de 20 minutos mais uma volta. A sexta e última prova do fim de semana da categoria vai finalizar o cronograma em Goiânia a partir de 13h20. Logo em seguida, às 13h50, acontecem as últimas celebrações do pódio para finalizar a quarta etapa do campeonato.

A Turismo Nacional terá transmissão ao vivo a partir de sábado no canal oficial da categoria no YouTube e também na Twitch da Tribo do Gaules, com o streamer Velho Vamp, e no canal do streamer Victor Ludgero, também na Twitch.

Pilotos do Moto1000GP têm desafio extra no Bacião em Cascavel

Foto/ Moto1000GP

Michel *Abboud considera que para fazer bem a curva é necessário muito treino*

O grid do Moto1000GP terá que contar com uma pitada extra de coragem na quarta etapa do campeonato, que ocorrerá entre os dias 25 e 27 de agosto no Autódromo Zilmar Beux de Cascavel. Além da técnica e da habilidade na pista, terão de se superar no contorno na lendária Curva do Bacião, considerada a mais desafiadora do Brasil, apesar de que há quem a julgue mais suave e menos perigosa depois do aumento da área de escape.

O Bacião é uma curva de raio longo de 180 graus e 300 metros de extensão de contorno. Conta com duas oscilações no seu trecho, como se fossem outras tomadas dentro da curva. Localizada no fim da reta dos boxes, em sentido anti-horário e em descida, ela passa a sensação de um mergulho ao desconhecido, sob a presença de muros e árvores.

Para Alexandre "El Toro", piloto da Procomps Xl Race Team na categoria GP1000 Master, o Bacião é um desafio particular na pista paranaense. "A pista já é muito rápida e desafiadora, mas o Bacião é um desafio em particular. Não conheço um só piloto que não sentiu aquele "frio na espinha" ao encarar o Bacião em uma corrida. Precisa ser bem destemido para continuar acelerando no ponto cego até depois da linha inicial da descida onde tem um pórtico, frear forte numa inclinação negativa e entrar na curva inclinada em alta", considera ele.

Para Michel Abboud (Norte Minas Racing Team), também da GP1000 Master, fazer bem a curva é essencial para um bom tempo. "O Bacião é muito desafiador, tem que treinar bem na pista para fazer um bom tempo. Quem faz o Bacião bem feito e tem coragem de acelerar até mais dentro da curva faz um tempo bom na pista", comenta Abboud.

Para Alan "Galego" Souza, piloto da GP1000 Open, a sensação de fazer a fazer compensa o medo. "O Bacião assusta, é um autódromo muito desafiador e você sentir que sua moto decola é uma sensação ao mesmo tempo maravilhosa e de medo também. Nas primeiras vezes, as primeiras entradas na curva dão medo. A sensação da curva é maravilhosa, mas deve ser feita muita cautela por ser uma curva super rápida", considera ele, que corre pela equipe 77 Galego Racing Team

O piloto tem que acreditar e de se cuidar. Aí é que pode estar o segredo. Mas também o perigo. A melhor definição sobre o Bacião é de um supercampeão de motos e de carros. Claudio Girotto diz que "O Bacião separa os meninos dos homens!". Virou um Cult.

A compra antecipada da credencial Club GP Paddock ganha um boné oficial do Moto 1000 GP e pode ser adquirida pelo site do evento www.m1gp.com.br por R$ 60,00. O acesso permite a circulação e permanência apenas nas áreas indicadas pela organização, através das sinalizações de acesso às dependências do autódromo e estacionamento gratuito para motos. Crianças até 9 anos têm entrada gratuita e devem estar acompanhadas pelos pais. Os ingressos para arquibancada também estão disponíveis, com valores de R$ 20,00 para ingresso inteiro e R$ 10,00 a meia-entrada.

O Moto1000GP, que é o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, segue todos os protocolos de segurança exigidos pela Confederação Nacional do Motociclismo (CBM) e pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM).